

NOTAS SOBRE O PERFIL DO NÚCLEO DE GESTÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO ACRE.

Lúcia de Fátima Melo
Universidade Federal do Acre
lucia.educa@bol.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta e analisa o perfil do Núcleo Gestor das escolas de educação básica da rede acriana de ensino representado pelo Diretor, Coordenador de Ensino e Coordenador Administrativo. O trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira aborda a dimensão relacionada à distribuição sociodemográfica e socioeconômica dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A segunda apresenta as características relacionadas à atuação profissional. O estudo conclui que o Núcleo Gestor não apresenta uma homogeneidade entre os três sujeitos que o compõem. Essa homogeneidade, porém, é mais presente entre os Diretores e Coordenadores de Ensino, cuja carreira profissional é a docente.

Palavras-chave: perfil; núcleo gestor; Acre.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta e analisa os resultados de pesquisa empírica realizada nas escolas públicas de Educação Básica pertencentes à rede estadual acriana de ensino, localizadas na capital Rio Branco e divide-se em duas partes. Na primeira apresenta-se o perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando-se a dimensão relacionada à distribuição sociodemográfica e socioeconômica, como: sexo, faixa etária, estado civil, composição familiar, formação e salário. A segunda apresenta as características relacionadas à atuação profissional: vínculo empregatício, forma de contratação, tempo que dedica ao trabalho e a forma de assunção ao cargo.

A análise dos dados recolhidos contemplou a função do núcleo de direção a partir das percepções subjetivas dos diretores e coordenadores, no que diz respeito ao seu próprio trabalho, sem perder de vista as condições objetivas nas quais se dão suas experiências profissionais. Ela segue uma perspectiva sociológica da identidade profissional, que considera essa mesma identidade como uma construção a um só tempo social e individual, resultado relativamente estável e evolutivo de um processo de socialização biográfico e relacional ligado ao contexto específico (sócio-histórico, educativo e profissional), no qual ele se insere (CATONNAR, 2006; DUBAR, 1997).

Essa caracterização do Núcleo Gestor permitiu que fossem estabelecidas, por confronto, algumas especificidades e continuidades ante a determinados traços do conjunto da categoria do magistério em geral. Retrata, também, aspectos dessa categoria profissional – que toma para si a tarefa de educar – fundamentais, para que dimensões do próprio ensino no Estado do Acre sejam compreendidas.

Promove-se, dessa forma, uma análise descritiva de algumas características do Núcleo Gestor das escolas pesquisadas. Os resultados alcançados estão embasados em questionários que foram aplicados nas escolas pesquisadas e nas reflexões proporcionadas pelos aportes teóricos da revisão de literatura. A organização desses dados permitiu evidenciar os seguintes aspectos:

1 – Perfil - características sociodemográficas e socioeconômicas

Sexo

Dos Diretores que participaram da pesquisa, (72,6%) são mulheres e (27,4) são homens. O número de mulheres é maior entre os Coordenadores de Ensino, que representam (90,5%) do total de profissionais, com apenas (9,5%) de homens. Também é grande o número de Coordenadores Administrativos mulheres, representando (89,5%) do total com apenas (10,5%) de homens. Assim, entre os 182 profissionais de ensino que a pesquisa abrangeu, a maioria (153) constituiu-se de mulheres, o que corresponde a um total de 84,6% dos pesquisados.

A participação desigual de homens e mulheres nas funções de direção e coordenações leva, por exemplo, à indagação acerca das razões de exercerem a profissão. Os percentuais apresentados são condizentes com a situação predominante de gênero feminino entre os profissionais da educação no Brasil. Em relação aos cargos de direção, por exemplo, os dados revelados na pesquisa coordenada por Souza (2006) mostram que no Brasil se tem o seguinte quadro geral: 78,2% das direções escolares são ocupadas por mulheres, enquanto em 21,8% das escolas são homens os diretores. A maior presença das mulheres se verifica em todas as séries/níveis de ensino, mas especialmente nas escolas que atendem à 4.^a série do ensino fundamental, na qual elas respondem pela direção de mais de 83%, cabendo aos homens pouco mais de 16%. De outro lado, é crescente a participação dos homens nas escolas de grau de ensino mais elevado, como ocorre com as escolas de ensino médio, nas quais eles dirigem 31%, mas as mulheres continuam sendo a maioria das diretoras mesmo neste nível de ensino, respondendo por mais de 68%.

Gatti e Barreto (2009) se utilizando dos dados disponibilizados pelos órgãos que coletam dados sistemáticos sobre os docentes (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério da Educação – MEC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) revelam que, entre os postos de trabalho registrados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) para os profissionais do ensino, 77% eram femininos. A docência continua, pois, significando boa oportunidade de emprego para as mulheres (15,9% dos empregos femininos), no mesmo patamar do maior e mais tradicional grupo de inserção feminina no mercado de trabalho: a prestação de serviços de todas as naturezas, apenas suplantada pelas atividades de apoio administrativo, agrupadas sob a denominação genérica escriturários (19,2%).

Também a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios – PNAD (2006) revela que a categoria docente é majoritariamente feminina, 83,1% *versus* 16,9% do sexo masculino, apre-

sentando algumas variações internas conforme o nível de ensino. É assim que a quase totalidade dos docentes na educação infantil (98%) é de mulheres, prosseguindo com uma taxa de 88,3% no ensino fundamental como um todo e atingindo aí 93% entre os professores da 1ª à 4ª série com formação de nível superior. No ensino médio, por sua vez, são encontradas as maiores proporções de docentes do sexo masculino entre todas as demais modalidades da educação básica: 33% *versus* 67% do feminino.

No Estado do Acre, a Sinopse do Professor 2009 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP constatou que, dos 36.534 professores existentes em toda a educação básica no Estado, 24.435 são do sexo feminino e 12.099 do sexo masculino.

Ao revisar a produção teórica sobre o tema, publicada entre 1990 e 1998 em periódicos especializados, André (2002) refere-se a autores que, ao refletirem sobre a identidade e a profissionalização do professor, fornecem elementos para pensar acerca das razões dessa enorme discrepância entre o número de mulheres e o de homens envolvidos no magistério. A autora localizou onze artigos centrados exclusivamente no tema sexo/gênero, que sublinham determinantes sócio-históricos que levam à feminização do magistério.

Nessa mesma direção, Hypólito (1994) adverte que é continuamente focalizado na literatura que o magistério passou e passa por um processo de feminização. De acordo com o autor, essa questão justifica a necessidade de se estudar o trabalho docente numa perspectiva das relações de gênero, pois “Este trabalhador não é qualquer trabalhador. É um trabalhador sexuado: é mulher trabalhadora.” (p.111).

Pesquisas como as de Cunha (1999); Costa (1996); Hypólito (1994) e Louro (1997) destacam a importância de se resgatar o debate sobre gênero na constituição do magistério e sua relação com o processo de proletarização, uma vez que a entrada massiva da mulher no magistério provocou no imaginário social e na constituição profissional da categoria uma crescente desvalorização social e salarial.

O vínculo entre a docência, as atividades domésticas e o aspecto vocacional atribuíram ao trabalho docente uma conotação servil e dócil, que o diferenciou das atividades exercidas por outra categoria de trabalhadores. Os pesquisadores afirmam que esses aspectos, em geral atribuídos ao professor de séries iniciais, tornam este trabalhador o mais suscetível ao processo de proletarização do que, por exemplo, o professor universitário, que continua gozando de prestígio social e reconhecimento profissional. A presença tão predominante de mulheres na profissão docente no Brasil se deveria ao aumento do mercado de trabalho, decorrente da ampliação do atendimento escolar, como também da procura dos homens por novas profissões que ofereciam melhores salários, quando do início da industrialização no país. O conceito de feminização do magistério não se refere apenas à participação maciça de mulheres nos quadros docentes, mas também à adequação do magistério às características associadas tradicionalmente ao feminino, como o cuidado. Representações sociais bastantes difundidas sobre professores e professoras parecem acompanhar essas distinções na composição, por sexo, do quadro docente dos diferentes níveis de ensino.

Idade

O Núcleo Gestor das escolas acrianas apresenta uma idade mediana. A grande maioria se localiza na faixa etária entre 33 e 42 anos. Os dados do estudo apresentam como resultado uma média de idade do Núcleo Gestor de 37,5 anos, o que, considerado o panorama internacional e nacional, coloca os professores acrianos como relativamente mais jovens. A grande maioria dos docentes dos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os de alguns países da União Européia, por exemplo, têm mais de 40 anos de idade.

A pesquisa *Retrato da Escola: A realidade sem retoques da educação no Brasil*, divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2003), aponta que 53,1% dos trabalhadores da educação básica se concentram na faixa etária de 40 a 59 anos. Considerando que a idade do profissional constitui uma das marcas de sua atuação, chama-se a atenção para algumas questões eventualmente relacionadas à condição etária, como a renovação dos quadros docentes por efeito de concurso/aposentadoria, a aceitação de novas concepções pedagógicas, a maior ou menor experiência, entre outras. O Censo Escolar (2007) revelou que 68% dos docentes têm mais de 33 anos de idade e que 55% estão na faixa de 30 a 45 anos.

Estado Civil

Em relação à categoria estado civil, nota-se que a maior parte é casada, respectivamente Diretores (58,1%), Coordenadores de Ensino (65,1%) e Coordenadores Administrativos (50,9%). Chama a atenção, entretanto, o fato de mais de 25% do Núcleo Gestor ser composto por solteiros, o que pode estar relacionado com um perfil de gestores e coordenadores mais jovens no Acre.

A pesquisa apontou também para a presença de novas composições familiares – outros – (13%), o que, segundo Castells (1999), é reflexo das transformações na ordem global que afetam, ao mesmo tempo, a privacidade e a sociabilidade e dão origem a novos movimentos diversos.

Número de filhos

Entre o Núcleo Gestor, a pesquisa indicou uma semelhança quanto à composição familiar, registrando-se que a grande maioria possui filhos. Dessa forma, 80,6% dos Diretores, 92,1% dos Coordenadores de Ensino e 89,5% dos Coordenadores Administrativos declararam ter filhos, seja em união estável com seus cônjuges, seja fruto de outros tipos de relacionamentos. O número de filhos seguiu uma variação de no mínimo um e no máximo cinco. Os dados apresentados no gráfico abaixo seguem a tendência da população brasileira em geral. A PNAD (2007) indica que 53,3% da população vive num arranjo familiar formado pelo casal com seus filhos.

Escolarização

Uma questão sempre relevante nas políticas educacionais de qualquer governo é, certamente, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Na atual política educacional em curso no Estado do Acre, a qualificação de tais profissionais têm se constituído em

um de seus pilares de sustentação, com o estímulo e a ampliação do acesso dos educadores à universidade. A pesquisa que foi realizada, ao mesmo tempo em que ofereceu dados sobre o perfil do Núcleo Gestor, ampliou o conhecimento sobre sua formação, com o fornecimento de dados que melhor caracterizam sua escolaridade (áreas de formação de graduação e pós-graduação, tipo de formação, de formação continuada, dentre outras).

No que se refere à escolaridade do Núcleo Gestor, a pesquisa revelou que entre os ocupantes da função de Diretor 95,1% possuem nível superior completo. Um total de 4,8% não respondeu ao quesito formação presente no questionário, todavia é possível afirmar que todos os diretores são detentores de diploma de nível superior, haja vista ser esta a formação exigida para ocupar a função. Assim sendo, em relação a este aspecto, os dados da pesquisa se mostram bastante animadores. Tal situação contrasta com os dados do Censo Escolar/2007, nos quais foi indicado que, no Brasil, a realidade da gestão escolar é bastante diversa no que se refere à formação dos dirigentes. Do total de dirigentes escolares, 29,32% possuem apenas formação em nível médio, sobretudo nos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste. O percentual desses dirigentes com formação em nível superior é de 69,79%, enquanto apenas 22,96% possuem curso de pós-graduação *lato sensu*/especialização.

Em relação aos Coordenadores de Ensino, 93,6% possuem nível superior, sendo que deste total 82,5% situam-se nas licenciaturas – formação adequada para atuar na educação básica e para ocupar quaisquer outras funções do magistério, segundo a legislação educacional vigente (LDBN nº 9394/96, Artigo 62). A área de formação superior com maior número de Diretores e Coordenadores é Pedagogia, com 39,9% de diretores; 47,6% de Coordenadores de Ensino e 19,3% de Coordenadores Administrativos. As demais áreas de formação apresentam uma certa diversidade, concentrando-se em História, Letras, Geografia, Biologia, Matemática e Educação Física. Importante destacar que 14,5% dos Diretores, 22,2% dos Coordenadores de Ensino e 7,0% dos Coordenadores Administrativos foram formados no curso de Pedagogia – antiga estrutura curricular – são portanto, especialistas em educação distribuídos nas áreas de administração, supervisão e orientação escolar.

Quanto aos Coordenadores Administrativos, mais da metade não possui nível superior, correspondendo a 57,9 do universo pesquisado. Dentre aqueles que possuem escolaridade de nível médio, apenas 10,5% cursaram o ensino médio na modalidade Normal ou Magistério, formação mínima admitida por lei para o exercício da docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Nestes números, chama atenção a existência de um contingente de profissionais que declararam ter apenas o ensino médio como escolaridade. Isto sinaliza a existência de determinadas funções do magistério sendo exercida em sua maioria por profissionais “leigos”.

Um último aspecto a ser mencionado é que a grande maioria dos Diretores e Coordenadores (95%) fizeram a formação inicial de forma presencial e numa instituição pública de ensino, no caso a Universidade Federal do Acre.

Pós-Graduação

A pesquisa revelou um número elevado entre os Diretores e Coordenadores de Ensino que possuem pós-graduação *lato sensu*. Sendo o percentual de 87,1% entre os Diretores e 82,5% entre os Coordenadores de Ensino, como mostra a tabela seguinte.

Quanto aos Coordenadores Administrativos, apenas 9,0% fizeram algum tipo de pós-graduação. Este número se apresenta condizente com o nível de formação dos respondentes, haja vista que a maioria não tem nível superior, portanto, a rigor, não poderiam ter cursado esse nível de ensino.

Natureza dos cursos de especialização

As áreas concentram-se principalmente em: Psicopedagogia (6,5%), Administração e Supervisão Escolar (8,1%), Gestão Escolar (11,3%), Pedagogia Gestora (9,7%), Planejamento e Gestão Escolar (11,3%). Um aspecto a ser destacado relaciona-se ao tipo de estabelecimento que conferiu o título, observa-se que apenas 27,4% foi concedido por instituições públicas de ensino, sendo um total de 72,6% dos títulos concedido por instituições privadas, premidos pelas exigências de mais qualificação e pelas possibilidades de ascensão na carreira, os professores acabam por ingressar em instituições privadas, em cursos de qualidade nem sempre confiável, recaindo sobre si todos os custos da formação.

Experiência profissional

Importante destacar o tempo de experiência profissional do Núcleo Gestor. Os Diretores apresentam uma larga experiência de trabalho na docência, tendo em vista que 46,8% afirmaram possuir mais de vinte anos de experiência profissional. Já entre os Coordenadores de Ensino, o tempo de experiência profissional figurou em maior grau entre o tempo de dez a quinze anos de trabalho, vindo a corresponder ao total de 52,4% dos respondentes. Os Coordenadores Administrativos, por sua vez, apresentam em sua maioria (56,1%) tempo de serviço correspondente a mais de dez anos, sendo registrado um percentual de 10,5% dos ocupantes da função com menos de dois anos de experiência.

Participação em cursos ou atividades de formação

Sobre a realização de algum curso ou atividades de formação ao ensejo da aplicação do questionário, ou seja, em 2009, observa-se que 51,6% dos Diretores, 49,2% dos Coordenadores de Ensino e 66,7% dos Coordenadores Administrativos afirmaram ter participado de algum tipo de formação em serviço. A capacitação foi oferecida pela Secretaria Estadual de Educação, por meio de cursos como: Gestar, Pró-Gestão, Abapuru, Oficinas para elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP e de operacionalização do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE para os Diretores e Coordenadores de Ensino, e para os Coordenadores Administrativos, cursos técnicos de informática e o Pró-Funcionários.

Salário

Na década de 1990, os trabalhadores da educação, na América Latina, viram-se submetidos a políticas de arrocho salarial, o que acarretou grandes perdas econômicas. Os mecanismos que corroboraram para a deterioração das condições de trabalho e remuneração desses trabalhadores foram medidas de flexibilidade da legislação do Direito do Trabalho, permitindo maior diversificação salarial. O aumento do número de professores contratados temporariamente, em condições precárias no setor público, é o exemplo mais significativo (TENTI FANFANI, 2005).

Em alguns casos, como o do Brasil, a política salarial do setor público apresenta grande diversidade, os vencimentos dos docentes se diferenciam em função da carreira, do contrato de trabalho – efetivo ou temporário –, do cargo, do regime de trabalho, do nível e da classe, do tempo de serviço, das gratificações incorporadas, da titulação. Deve-se considerar também a diferença econômica regional que o país comporta, apresentando enormes discrepâncias entre os trabalhadores de diferentes redes públicas municipais e estaduais com mesma formação e titulação, trabalhando em condições idênticas, sem, contudo, terem a isonomia salarial garantida.

A política salarial dos trabalhadores docentes da rede acriana é um exemplo da heterogeneidade que hoje caracteriza as diferentes redes de ensino no Brasil.

Os salários do Núcleo Gestor acriano, se comparados à média dos salários dos trabalhadores brasileiros se apresentam bastante atrativos tendo em vista que de acordo com a PNAD/IBGE (2001), 50,7% dos brasileiros ocupados ganham até dois salários mínimos. Entre os Diretores, 39% responderam ganhar entre R\$ 3.651,00 a R\$ 4.500,00, e 27% afirmaram ganhar mais de R\$ R\$ 4.500,00, o que equivale a uma média de nove a dez salários mínimos mensais.

De acordo com os resultados fornecidos com base no questionário do Diretor (SAEB 2007) em termos regionais, verificam-se maiores salários brutos na região sudeste, seguida pela região centro-oeste, valendo salientar que as estatísticas do centro-oeste são bastante afetadas pelos salários dos diretores das escolas do Distrito Federal (DF), onde 86,5% informaram receber mais de R\$ 3.100,00 por mês. Os diretores da região nordeste possuem os menores salários relativamente, com quase 20% recebendo menos de R\$ 700,00 por mês e quase 70% recebendo até R\$ 1.300,00 por mês em 2007. Já no sudeste e no centro-oeste, apenas 16,6% recebem menos de R\$ 1.300,00 por mês.

Assim como os Diretores, os Coordenadores de Ensino também apresentam uma média salarial acima da média nacional percebida pelos professores brasileiros, já que 32% dos respondentes afirmam receber entre R\$ 2.651,25 a R\$ 3.800,00, sendo que 19% ganham mais de R\$ 3.800,00 reais.

Novamente o estudo realizado por Gatti e Barreto (2009) tendo como fonte a PNAD/IBGE (2006) revelou que os salários dos professores no Brasil crescem à medida que consideramos professores que atuam na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, o que corresponde à estrutura básica de carreira. Para o conjunto dos docentes da educação básica – total Brasil – a média salarial era de R\$ 927,00 (novecentos e vinte e sete reais), mas a

mediana situava-se em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), sinalizando que 50% dos docentes recebiam abaixo desse valor. As maiores médias salariais, considerando todas as categorias de professores na educação básica, estão nas regiões centro-oeste e sudeste. Mesmo assim, na região centro-oeste, 50% dos docentes recebiam menos de R\$ 1.000,00 por mês, e na sudeste, menos de R\$ 900,00.

Em relação aos Coordenadores Administrativos mesmo com carga horária de trabalho similar aos demais membros do núcleo de gestão, por não possuírem, em sua maioria, formação superior, nem tampouco ser este aspecto pré-requisito para ocupar tal função, ganham salários bem menores, com um percentual de 12% dos ocupantes dessas funções recebendo entre R\$ 881,00 a 950,00 reais. 84% afirmaram ganhar acima de R\$ 1.000,00, contudo deve-se registrar que tais valores já se encontram acrescidos de uma gratificação a que fazem jus ao ocupar a função.

2 Aspectos relacionados ao trabalho

Vínculo empregatício

De acordo com o levantamento realizado, a maioria do Núcleo Gestor afirma possuir um único vínculo empregatício. Entre os professores Diretores, 64,5% afirmaram trabalhar em uma única escola pertencente à rede estadual de ensino. Existe um total de 33,9% dos diretores que trabalham tanto na rede estadual como na municipal e encontram-se à disposição da escola que dirigem, em virtude da função que temporariamente ocupam. Apenas 1,6% dos diretores assumem outro emprego na rede particular. Tais resultados se aproximam da realidade encontrada em outros estados brasileiros, revelada nos resultados dos questionários do SAEB (2007), onde se constatou que a esmagadora maioria dos diretores escolares brasileiros dedica-se exclusivamente à atividade de direção (71,1% dos respondentes). Entre os que desempenham outra atividade profissional, quase 80% exercem atividades na área de educação. O nordeste é onde os diretores exercem com maior frequência outras atividades (38,5% dos respondentes), enquanto no centro-oeste essa taxa era de apenas 18,1%.

Em relação aos professores Coordenadores de Ensino, apurou-se que 82,5% trabalham apenas na Rede Estadual, com 12,7% trabalhando nas duas redes (estadual e municipal) e apenas 1,8% declaram desenvolver outra atividade remunerada.

Essas informações se aproximam dos dados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2007 (BRASIL. INEP/MEC, 2009, p. 24), no qual foram computados professores individualmente e não funções docentes, o que se verificou a confirmação de que “a maioria dos professores brasileiros trabalham em uma só escola (80,9%), e apenas 16% atuam em duas escolas, e 3,1% em mais de duas.”

Apurou-se, por fim, que 93% dos Coordenadores Administrativos trabalham numa única escola, sendo insignificante os números daqueles que trabalham também na rede municipal, particular e em outras atividades (5,4%).

Forma de contratação

A situação funcional do Núcleo de Direção das escolas aponta para mais da metade na categoria de concursados. Entre os Diretores, 79% foram concursados para o cargo de professores. Alguns professores entraram para a carreira do magistério antes da promulgação da Constituição de 1988 (16,1%) e foram recrutados por meio de outros mecanismos que não o concurso público. Sobre a questão o estudo de Albuquerque Neto (2007) revela que no Estado do Acre, ao final da gestão estadual – 1983-1987 – do governador Nabor Teles da Rocha Júnior, houve uma ampliação do quadro docente, com a contratação de 1.167 novos professores de forma ilegal, burlando o Estatuto do Magistério Acriano que previa a realização de concurso público para contratação destes profissionais. Dessa forma, a contratação se deu em sua maioria na condição de "pró-laboristas" ou como "recibados". Existe ainda um total de 4,8% dos Diretores que se submeteram a concurso público e foram contratados para o cargo de especialista em educação que atualmente faz parte de um quadro em extinção na carreira do magistério acriano.

Neste aspecto, os dados encontrados se assemelham à pesquisa da UNESCO (2004) concernente à situação funcional dos docentes que atuam em escolas públicas no Brasil onde se localizou mais da metade na categoria de concursados (66,1%). Há ainda 9,2 % dos professores efetivos sem concurso. No entanto, o contrato temporário apresenta proporção expressiva, uma vez que se considera que este trabalho está vinculado ao setor público – 19,1 % dos professores que atuam em escolas públicas estão submetidos a esse tipo de contrato de trabalho.

O concurso para o ingresso na rede pública de ensino vem sofrendo, ao longo da história da profissionalização docente no Estado, práticas bastante controversas e distintas. Além do ingresso na carreira docente por concurso, existem hoje outras modalidades de contrato na rede pública, sobressaindo as contratações temporárias que conforme dados fornecidos pelo Gabinete da Secretária Estadual de Educação do Acre em contagem realizada até julho de 2009 reunia 2.638 professores designados mediante contratos provisórios. O Núcleo Gestor das escolas acrianas não se submete a esse regime de trabalho em virtude de se ter como um dos pré-requisitos para ocupar a função o pertencimento ao quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação.

Entre os Coordenadores de Ensino, a situação é semelhante, já que 73% foram concursados para o cargo de professores. 14,3% entraram para a carreira do magistério antes da promulgação da Constituição de 1988 e também não se submeteram a concurso público. Já 11,1% dos coordenadores se submeteram a concurso público e foram contratados para o cargo de especialista em educação nas funções de supervisores e orientadores.

Em relação aos Coordenadores Administrativos, 50,9% não foram concursados para o cargo de professor, mas para outros cargos, sobressaindo em maior número aqueles que foram concursados para Agente Administrativo, 22,8%. Lamentavelmente não se previu no questionário uma opção que desce conta de responder quais foram os outros cargos que foram concursados. Contudo, em conversas informais nas idas às escolas para recolher os questionários, colheu-se a informação de que um número relevante foram concursados para os cargos de

inspetores de ensino. Existe ainda um total de contratados sem concurso público (26,3%) para ocupar principalmente as funções de vigia, servente e merendeira. Após alguns anos de serviços, foram promovidos para a função de secretário(a) da escola e, logo após as mudanças proporcionadas pela atual lei de gestão (1.513/03), foram nomeados Coordenadores Administrativos pelos diretores.

Trabalho para casa além de sua carga horária

No tocante ao trabalho que realizam, foi perguntado ao Núcleo Gestor se costumam levar trabalho para fazer em casa. Dos Diretores apenas 4,8% afirmaram que nunca levam trabalho da escola para terminar em casa. Somando-se os percentuais de respostas dos que sempre levam com os que frequentemente fazem uso deste expediente, temos um total de 59.7% dos diretores que levam trabalho para casa. Entre os professores Coordenadores de Ensino essa porcentagem é ainda maior, já que 61,9% afirmaram levar sempre e com frequência trabalho para realizar e/ou terminar em sua casa. Entre os Coordenadores Administrativos, 61,4% levam trabalho para casa, mas esta é uma prática rara entre tais profissionais.

Tempo que dedica à escola

Quanto à quantidade de horas semanais que dedicam à Escola, verifica-se que entre os Diretores a média é de 10,32 horas de trabalho diário, sendo maior do que a dos Coordenadores de Ensino, que é de 9,03, bem como a dos Coordenadores Administrativos, que apresenta 9,39. A jornada de trabalho dos professores no Estado do Acre apresenta uma carga horária de trinta horas semanais para os professores, sendo vinte horas em sala de aula e dez horas destinadas a outras atividades. Em se tratando dos professores e funcionários que se encontram nas funções de direções e coordenações, estes deverão cumprir dois turnos de trabalho na escola, sendo obrigatório o cumprimento de escala semanal que possibilite sua presença em todos os turnos de funcionamento da unidade de ensino (Cf. Lei 1.513/03).

No caso do Brasil, a jornada de trabalho informada pelos professores da educação básica ao IBGE (2006) indica que o trabalho docente tende a ser exercido em torno de 30 horas semanais (média e mediana), homens e mulheres apresentando valores muito próximos. Todavia, deve-se considerar que, no caso dos docentes, o número de horas semanais efetivamente trabalhadas costuma ultrapassar o número de horas-aula informado. Trata-se do diferencial entre tempo de ensino e tempo de trabalho, este último maior, englobando também o tempo empregado em preparação das aulas, correções de provas, estudos, realizados fora do horário escolar, que deveriam ser acrescidos ao tempo de ensino para melhor dimensionar a jornada semanal de trabalho dos docentes (SOUZA, 2008).

Assunção à função

Em relação a este aspecto apenas 22,6% dos Diretores estão exercendo a função pela primeira vez, já que 66.2% foram reeleitos. Entre as modalidades de provimento, prevalece portanto a eleição, com apenas 3,2% dos Diretores sendo nomeados interinamente pela Secre-

taria Estadual de Educação. Nesse aspecto o Acre tornou-se referência nacional, uma vez que, conforme dados do INEP (2005) no Brasil, a forma que tem prevalecido em várias regiões do Brasil tem sido a indicação política.

Os Coordenadores de Ensino também em sua grande maioria (87,3%) já estavam nessa função e foram indicados novamente pelos diretores para nela continuarem. Também situação semelhante é encontrada entre os Coordenadores Administrativos, com 85,9% permanecendo em suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil do Núcleo Gestor que aqui foi sumariamente traçado permite fazer algumas aproximações do referencial teórico que guiou e fundamentou a pesquisa. Durante todo o estudo, houve uma preocupação em mostrar se o que vem sendo divulgado nos achados de pesquisas realizadas em outros contextos também se faz presente na rede acriana de ensino. Recorre-se nesse momento a duas categorias analíticas relativas às tendências sobre *precarização e intensificação* do trabalho docente, na tentativa de explicar melhor as recorrências e as especificidades que caracterizam o trabalho do Núcleo Gestor no Acre. Pelo perfil exposto, depreende-se que:

Em geral o Núcleo Gestor não apresenta uma homogeneidade entre os três sujeitos que o compõem. Essa homogeneidade, porém, é mais presente entre os Diretores e Coordenadores de Ensino, cuja carreira profissional é a docente. Constata-se que as disparidades entre os três segmentos se apresentam de forma mais visível, principalmente em relação à titulação e às condições salariais. Os Diretores e Coordenadores de Ensino possuem titulação superior, e a grande maioria fez um ou mais de um curso de pós-graduação (*lato sensu*). Seus salários são bastante atrativos, considerando a média de salários dos professores no Brasil. Para estes profissionais há um estímulo salarial para obtenção de títulos, e incentivos de produtividade, como o pagamento de uma espécie de décimo quarto salário. Já os Coordenadores Administrativos em sua maioria não possuem nível superior e sua média salarial é condizente com o salário de nível médio. Portanto, neste caso, constatou-se a existência de uma sub valorização da função, exposta na pouca exigência de escolarização e nos baixos salários.

Em relação à tendência relativa à *precarização do trabalho*, verificou-se a existência de um aspecto comum entre os três segmentos, que é o fato de não serem temporários. Assim as relações de trabalho, pelo menos no tocante à contratação, não são precárias, haja vista que a maioria dos componentes do Núcleo Gestor se submeteu a concurso público e pertence ao quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação. Cabe também salientar que a maioria dos ocupantes da função possui um único vínculo empregatício e trabalham em uma única escola pertencente à rede estadual de ensino, sendo insignificante o número daqueles que assumem outro emprego.

Como é sabido, os aspectos apontados juntamente com os baixos salários e falta de condições de trabalho, têm contribuído para o processo de precarização do trabalho docente em várias redes de ensino no Brasil, como ressaltam os estudos desenvolvidos por Oliveira

(2007), que apontam a precarização do trabalho como uma das principais mazelas da flexibilidade contida nos processos de reformas. As mudanças ocorridas nas relações de trabalho e emprego têm sido caracterizadas, na atualidade, pela ameaça de um fenômeno considerado por alguns autores como precarização das relações de trabalho. Tal movimento, contudo, não se circunscreve às relações de trabalho caracterizadas como aquelas intrínsecas ao processo de trabalho, mas compreende principalmente as relações de emprego, apresentando uma tentativa de flexibilização e até mesmo desregulamentação da legislação trabalhista. Ainda segundo a autora, no caso do magistério, essas relações aparecem sob a forma de contratos temporários de trabalho que não asseguram aos contratados os mesmos direitos e garantias dos trabalhadores efetivos.

Pode-se considerar, em geral, que na Rede Acriana de Ensino esse processo de precarização, assume característica relativa. Os aspectos concernentes às relações de emprego, como contratos temporários, atingem a carreira docente no Estado, contudo não chegam até o Núcleo Gestor, pois todos pertencem ao quadro efetivo. Os salários estão definidos no plano de cargos e salários. As gratificações a que fazem jus por ocuparem as funções estão garantidas via Instrução Normativa da SEE/AC. Assim esse quadro de instabilidade e precariedade do emprego que se faz presente no magistério público nas várias redes de ensino não só do Brasil, mas no contexto-americano (GENTILI & SUARES, 2004), não foi constatado junto ao núcleo de direção das escolas acrianas.

Porém, no tocante à tendência da *intensificação do trabalho*, a simples análise do perfil do Núcleo Gestor já permite afirmar que houve um aumento das horas de trabalho que efetivamente dedicam à escola. Verificou-se que, mesmo com esse aumento de tempo, não tem sido o suficiente para dar conta de todas as tarefas que lhe são imputadas, o que faz com que levem trabalho da escola para realizar em casa, dificultando sua sociabilidade, aumentando o isolamento e comprometendo seu descanso e seu lazer. Tal situação, juntamente com outros problemas que serão destacados na próxima seção desta tese, caracteriza a intensificação do seu trabalho, que, como anunciado, tem sido alvo de preocupação nas pesquisas realizadas por alguns teóricos como, Apple, 1995; Hypólito, 1999; Cunha, 1999 e Oliveira, 2003.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Lei 1.513/03 de 11 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Estado do Acre** e dá outras providências. Rio Branco. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br>>. Acesso em 10/10/2006.
- ALBUQUERQUE NETO, A. S. **Política educacional no Estado do Acre (1963-1995): A trajetória da Formação Docente**. Recife-PE; Linceu, 2007.
- ANDRÉ, M. (Org). **Formação de professores no Brasil, 1990–1998**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. (Série estado do conhecimento; 6).

- APPLE, M.W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero na educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. MEC/INEP. EFA 2000 – **Educação para Todos**. Informe Nacional. Brasília: O Instituto, 2000.
- BRASÍLIA. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica**. 2007. INEP, 2009.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, V.1 A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1999.
- CATTONAR, B. **Evolução do modo de regulação escolar e reestruturação da função de diretor de escola**. Educação em Revista, Belo Horizonte: FAE/UFMG, nº 44, p. 185-208, dez. 2006.
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores(as) da Educação Básica**. Abril, 2003. Disponível em site: <http://www.Cnte.org.br>. Acesso em 05 de agosto de 2009.
- COSTA, M.C.V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre, Sulina, 1996.
- CUNHA, M.I. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, I.P.A.; CUNHA, M.I. (Org.). **Desmistificando a profissão do magistério**. Campinas: Papyrus, 1999. P.127-147.
- DUBAR, C.A. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.
- GATTI, B. BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. – Brasília: UNESCO, 2009.
- GENTILI, P. & SUÁREZ, D. **La conflitividade educativa na América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, Campus Virtual, Curso Movimientos Sociales, conflicto y políticas educativas em América Latina, Classes 1 e 2. 2004. Disponível em: <<http://www.clasco.edu.ar>>. Acesso em 30/07/2010.
- HYPOLITO, A. L. M. **Processo de trabalho docente** - uma análise a partir das relações de classe e gênero. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, FaE/UFMG, 1994.
- _____. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? In: VEIGA, I.P.A.; CUNHA, M.I. (Org.) **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1999. p.81-100.
- IBGE. PNAD 2006. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _____. PNAD 2007. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Informativo do INEP**. Brasília, ano 3, nº 72, 12 de janeiro de 2005.

_____. **Qual o perfil dos Diretores das escolas públicas de educação básica**. Na Medida. Boletim de Estudos Educacionais. Ano 1, nº 4, dezembro de 2009.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes; CNTE, 1997.

OLIVEIRA, D.A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Política Educacional e a reestruturação do trabalho docente**: reflexões sobre o contexto Latino-americano. Educação e Sociedade, vol. 28, nº 99. Campinas, mai/ago 2007.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão Escola no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC 2006.

SOUZA, A. N. de. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; HIRATA, H.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 355-372.

TENTI FANFANI, E. **La condición docente**. Análises comparado de La Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo, Moderna, 2004.